



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Data, hora e local: 11 de agosto de 2016, às 9h53m, na Rua São Bento, 405, Auditório do
2 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1. Informes Gerais; 2.
3 Apreciação da ata da 28ª Reunião Extraordinária; 3. Balanço FUNDURB; 4. PDUI - Plano de
4 Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana de São Paulo; 5. Plenária.
5 **CONSELHEIROS PRESENTES DO CMPU:** Fernando de Mello Franco (Presidente); Nuria
6 Pardillos Vieira, Daniel Todtmann Montandon e Camila Nastari Fernandes da SECRETARIA
7 MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU; Vilma de Oliveira Mendonça da
8 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SGM; Gina Armelin Pagotto Bernardino da
9 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF; Marília
10 Jahnel de Oliveira e Letícia Schwarz da SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E
11 CIDADANIA – SMDHC; Dirce Carrega Balzan da SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA
12 URBANA E OBRAS – SIURB; Rodrigo Pimentel Pinto Ravena da SECRETARIA MUNICIPAL DO
13 VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA; Cilene Silva Fernandes da SECRETARIA MUNICIPAL
14 DE SERVIÇOS – SES; Nadia Somekh da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC; Julio
15 Henrique Canuto da Silva da SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO,
16 TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SDTE; Patricia Saran da SÃO PAULO URBANISMO –SP
17 URBANISMO; Wagner Germano da COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO
18 PAULO – COHAB; Carlos Eduardo Silva Diethelm da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO
19 NORTE 2); Adriana Rolim de Camargo da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO OESTE);
20 Renata Carvalho Naves da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO LESTE1); Thalles Marcius de
21 Moraes da SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO LESTE 2); Carlos Henrique Nunes Cabral da
22 SUBPREFEITURA (MACRORREGIÃO SUL 2); José Carlos Ribeiro Gimenes do CONSELHO
23 PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO NORTE 1); Mauro Sérgio Procópio Calliari do
24 CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO OESTE); Artur Monteiro Roçado
25 do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO CENTRO); Angela Maria
26 Calabria do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO LESTE1); Leonardo
27 Medeiros e Silva do CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (MACRORREGIÃO LESTE 2);
28 Evaniza Lopes Rodrigues, Maria das Graças de Jesus Xavier Vieira, Alexandre de Sant’Anna
29 Loyola e Vera Lucia Dias Padilha de MOVIMENTOS DE MORADIA; Paulo Gustavo da Vinha
30 Carmo Bizzo e Cibele Martins Sampaio da ASSOCIAÇÕES DE BAIROS; Roberto de Castro
31 Mello, Adriana Blay Levisky, Andy Alexandre Gruber, Christian de Moraes Machado Suppo
32 Bojlesen do SETOR EMPRESARIAL; Paulo Machado Lisboa Filho da ORGANIZAÇÕES NÃO
33 GOVERNAMENTAIS – ONGs; Renata Semin de ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À
34 ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL; Valter Luis Caldana Junior de ENTIDADES
35 ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL;
36 Carlos Afonso Cerqueira Aranha de MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA; Irene da
37 Conceição de Brito das ENTIDADES RELIGIOSAS; José Raimundo do Sacramento do
38 CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP; João
39 Octaviano Machado Neto da SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO; Marcia Renata Iani da
40 SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; Sandra Teixeira Malvese do CONSÓRCIO
41 INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO
42 PAULO – CIGABC; Antonio Silvestre Leite do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO
43 OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIOESTE. **DEMAIS PRESENTES:** Augusto Cesar



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

44 Cardoso, Carolina Heldt, Ednalva P. Marques, Eduardo Della Manna, Guilherme Filocomo,
45 Julio Cesar Silva, Maíra Grieco, Miguel Matteo, Reginaldo José Fazzion, Talita V. C. Fonseca.
46 Ordem do dia: **01)** A Chefe de Gabinete e Secretária Executiva do CMPU inicia a reunião às
47 9h53m, com a apresentação da pauta proposta para a reunião. **02)** A Secretária Executiva
48 do CMPU dá ciência da ata da 28ª Reunião Ordinária do CMPU. **03)** A palavra foi franqueada
49 para Talita Veiga Cavallari Fonseca, Assessora Técnica da Secretaria Executiva dos Órgãos
50 Colegiados (SEOC), que apresentou o Balanço FUNDURB. Iniciou esclarecendo que o Fundo
51 de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB foi criado pelo artigo 235 do Plano Diretor
52 Estratégico – PDE, Lei Municipal 13.430/2002, que foi atualizado pela Lei Municipal nº
53 16.050/2014, e atualmente se encontra vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento
54 Urbano – SMDU, e seu objetivo principal é realizar investimentos destinados a concretizar os
55 objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou
56 decorrentes do PDE e tendo como referência o Programa de Metas do Município. Trata do
57 principal instrumento de financiamento municipal para reduzir as desigualdades da cidade
58 através da redistribuição dos ganhos econômicos da produção imobiliária para as regiões
59 que mais carecem de investimentos. Quanto à legislação, esclareceu que a Lei 16.050/2014
60 apresenta as principais diretrizes do FUNDURB no Capítulo IV – Art. 337 a 342, e que o
61 Decreto nº 47.661/2006 alterado pelo Decreto nº 51.437/2010 regulamenta o FUNDURB no
62 que tange ao PDE anterior. A assessora também realçou que esta sendo desenvolvida uma
63 Minuta para um novo Decreto e que o Regimento Interno está contido na Resolução
64 FUNDURB 002/2011. Quanto à composição do Conselho Gestor do FUNDURB esclareceu que
65 no PDE antigo era composto por 08 membros do poder público e 03 membros do CMPU, e
66 no PDE vigente é composto por 05 membros do poder público, 02 membros do CMPU, 01
67 membro do CADES, 01 membro do CMTT e 01 membro do CMH. Quanto às atribuições,
68 esclareceu que o Conselho Gestor do FUNDURB que aprova o PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO
69 e a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR. Quanto às RECEITAS esclareceu,
70 que os recursos que constituem o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB são
71 provenientes de dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele
72 destinados; de repasses ou dotações de origem orçamentária da União ou do Estado de São
73 Paulo a ele destinados; de empréstimos de operações de financiamento internos ou
74 externos; de contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas; de contribuições ou
75 doações de entidades internacionais; de acordos, contratos, consórcios e convênios; de
76 rendimentos obtidos com a aplicação do seu próprio patrimônio; de outorga onerosa e
77 transferência de potencial construtivo; de contribuição de melhoria decorrente de obras
78 públicas realizadas com base na Lei do Plano Diretor Estratégico, excetuada aquela
79 proveniente do asfaltamento de vias públicas; de receitas provenientes de concessão
80 urbanística; de retornos e resultados de suas aplicações; de multas, correção monetária e
81 juros recebidos em decorrência de suas aplicações; de outras receitas eventuais. Destacou,
82 ainda, com relação aos rendimentos obtidos com a aplicação do seu próprio patrimônio e a
83 outorga onerosa e transferência de potencial construtivo a Cota de Solidariedade e as Áreas
84 de Intervenção Urbanas. A assessora também ressaltou que o Coeficiente de
85 Aproveitamento Básico é igual a 1 para toda cidade e o potencial construtivo adicional será
86 mediante pagamento de Outorga Onerosa. Quanto ao FLUXO esclareceu que inicialmente o



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

87 Conselho Gestor delibera sobre o plano anual de aplicação dos pedidos das Secretarias
88 mandantes, na sequência as Secretarias da Prefeitura encaminham o pedido de liberação de
89 recursos, a Secretaria Executiva analisa a conformidade e adequação do pedido e por fim a
90 liberação de recursos para a execução do Projeto. Com relação a DESTINAÇÃO DOS
91 RECURSOS apresentou a execução de programas e projetos habitacionais de interesse
92 social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para a constituição de
93 reserva fundiária e de parque habitacional público de locação social; o sistema de transporte
94 coletivo público, sistema cicloviário e sistema de circulação de pedestres; o ordenamento e
95 direcionamento da estruturação urbana, incluindo infraestrutura, drenagem, saneamento,
96 investimentos destinados à implantação de parques lineares, à realização de melhorias em
97 vias estruturais ou de transporte público coletivo de passageiros e à requalificação de eixos
98 ou pólos de centralidade; a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços
99 públicos de lazer e áreas verdes; a proteção, recuperação e valorização de bens e de áreas
100 de valor histórico cultural ou paisagístico, incluindo o financiamento de obras em imóveis
101 públicos classificados como ZEPEC; a criação de unidades de conservação ou proteção de
102 outras áreas de interesse ambiental; a elaboração de projetos destinados a execução das
103 obras e intervenções de que trata o “caput” e para a elaboração de Planos de Bairro e planos
104 Regionais de Subprefeituras. Como CONDICIONANTE ressaltou que os recursos arrecadados
105 pelo FUNDURB deverão respeitar anualmente o limite de ao menos 30% (trinta por cento)
106 destinados para a aquisição de terrenos destinados a produção de Habitação de Interesse
107 Social localizados na Macroárea de Estruturação Metropolitana, e na Macroárea de
108 Urbanização Consolidada e na Macroárea de Qualificação da Urbanização, preferencialmente
109 classificados como ZEIS 3, conforme Mapa 4A anexo, esclarecendo que os recursos que não
110 sejam executados no montante mínimo estabelecido, deverão permanecer reservados por
111 um período de um ano, após este prazo, o Conselho Gestor poderá destinar este recurso
112 para subsidio em programas estaduais e federais de provisão de Habitação de Interesse
113 Social. Deverá, também, respeitar anualmente o limite de ao menos 30% (trinta por cento)
114 destinados a implantação dos sistemas de transporte público coletivo, cicloviário e de
115 circulação de pedestres. Ressaltou ainda que os recursos especificados em ambos os casos
116 que não sejam executados no montante mínimo estabelecido, deverão permanecer
117 reservados por um período de 2 (dois) anos, após este prazo, o Conselho Gestor poderá dar
118 destinação diversa conforme previsto no art. 339. Por fim a assessora apresentou a
119 Prestação de Contas 2015, esclarecendo que em 2015 compôs os recursos do FUNDURB a
120 arrecadação de outorga onerosa totalizada em R\$ 249.973.455,46, além dos recursos do
121 superávit do exercício 2014 no valor de R\$61.530.155,20. Apresentou também o histórico da
122 arrecadação da outorga onerosa ao longo do ano de 2015 e a Prestação de Contas 2015 até
123 31/12/2015 e 2016 - até 18/03/2016 das unidades orçamentárias (U.O.) SMSP, SEHAB,
124 SIURB, SMC e SMDU. Com relação ao atendimento à Lei 16.050/2014 (PDE) esclareceu que
125 ao menos 30% (trinta por cento) foram destinados para a aquisição de terrenos e ao menos
126 30% (trinta por cento) foram destinados a implantação dos sistemas de transporte público
127 coletivo, cicloviário e de circulação de pedestres. Encerrou sua apresentação demonstrando
128 alguns exemplos de aplicação dos recursos do fundo, tais como a Praça Rainha Avencas -
129 Readequação - São Miguel Paulista (SMSP); a Aquisição de Terra - Empreendimento Phobus



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

130 13.050,00 m² - Previsão para 600 U.H.s (SEHAB); o Corredor Berrini – Obra (SIURB); o
131 Centro Cultural da Juventude – Restauro da fachada (SMC); e o Projeto de Intervenção
132 Urbana CEU Novo Mundo (SMDU). **04)** O Secretário de Relações Internacionais e
133 Federativas, Vicente Trevas, fez uma explanação prévia sobre o PDUI - Plano de
134 Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana de São Paulo. **05)** Em seguida a
135 palavra foi franqueada à Assessora Chefe da Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento da
136 SMDU e Coordenadora da Comissão Técnica de elaboração do PDUI pela PMSP, Carolina
137 Heldt D’Almeida, que fez a apresentação do PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano
138 Integrado – Região Metropolitana de São Paulo. Iniciou discorrendo sobre a legislação
139 inerente ao tópico, destacando a Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Cidade (Lei
140 Federal 10.257/2001), Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015). Destacou também
141 na esfera municipal os Planos Diretores, os Zoneamentos e os Planos Regionais das
142 Subprefeituras, e na esfera interfederativa os Planos Diretores Regionais e o PDUI. Com
143 relação PDUI esclareceu tratar-se de um plano articulador das políticas para as funções
144 públicas de interesse comum da região metropolitana, que define os instrumentos, as
145 macrozonas e as diretrizes da ação da política metropolitana. Ressaltou também que o PDUI
146 como governança interfederativa das FPICs (Funções Públicas de Interesse Comum) é um
147 plano de intersecção. Com relação aos problemas metropolitanos estruturais destacou
148 Habitação e Vulnerabilidade Social (Expansão Urbana); Desenvolvimento Econômico, Social e
149 Urbano (Zona Rural); Meio Ambiente, Saneamento Básico e Recursos Hídricos (combate à
150 poluição, gestão dos resíduos sólidos e gestão do abastecimento de água); Mobilidade,
151 Transporte e Logística (bilhete único metropolitano, rede de transporte público integrada,
152 compatibilização corredores de ônibus municipais e intermunicipais); Governança
153 Metropolitana, ressaltando nesta última a governança existente. Na sequência o escopo da
154 proposta do PDUI foi apresentado pela Coordenadora da Comissão Técnica que iniciou com
155 a apresentação do Caderno Preliminar de Propostas que engloba os princípios, as diretrizes,
156 o macrozoneamento e instrumentos, a estrutura de governança e fundo interfederativos e as
157 propostas preliminares de caráter metropolitano. Quanto aos Princípios tem como escopo
158 regular políticas públicas relacionadas às funções públicas de interesse comum com objeto
159 de governança metropolitana, visando reduzir a desigualdade sócio territorial, reestruturar o
160 território estratégico dos eixos de média e alta capacidade, assim como as áreas industriais e
161 planícies fluviais, combater o conflito entre a expansão urbana e a preservação do meio
162 ambiente e aprimorar a estrutura de governança e a gestão do fundo interfederativos.
163 Quanto as Diretrizes, se tem as diretrizes a serem adotadas nas revisões dos planos
164 diretores e planos setoriais e as diretrizes a serem implementadas pela governança
165 metropolitana, destacando os planos de infraestrutura e serviços metropolitanos, habitação e
166 vulnerabilidade social, desenvolvimento econômico, social e urbano, meio ambiente,
167 saneamento, recursos hídricos, mobilidade, transporte e logística, governança e fundos
168 interfederativos. Quanto ao Macrozoneamento e Instrumentos destacou as funções públicas
169 de interesse comum (habitação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, mobilidade
170 saneamento e uso do solo) e as diretrizes (emprego e habitação, área industrial, uso
171 sustentável, vulnerabilidade, rede de transporte e proteção ambiental). Ressaltou, ainda, nas
172 Macrozonas, os Instrumentos de planejamento, urbanísticos ambientais e financeiros (Área



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

173 de intervenção e PIU; consórcios; contrato, rateio e gestão; contrato de programa; gestão
174 de bacias; pagamento de serviço ambiental). Quanto aos Projetos, Programas e Serviços
175 destacou como objetivos o combate a segregação sócio econômica, a Promoção a contenção
176 urbana e sustentável e a promoção ao adensamento e proteção ambiental. Apontou também
177 nas Macrozonas Metropolitanas a Integração das centralidades, estruturação metropolitana,
178 redução da vulnerabilidade social, proteção da vulnerabilidade ambiental. Ainda com relação
179 aos Instrumentos de Planejamento destacou, também, as áreas de interesse metropolitano e
180 os programas de projetos e serviços. Quanto a Estrutura de governança e o fundo
181 interfederativos destacou os componentes, os vínculos e a lógica. Quanto as Propostas
182 preliminares de caráter metropolitano apresentou um slide com exemplos de propostas
183 encaminhadas à plataforma do PDUI até Junho de 2016. Por fim, quanto ao Processo e as
184 etapas destacou as Instâncias, a participação social e os resultados esperados, bem como a
185 participação da Sociedade Civil. **06)** A palavra foi franqueada ao Diretor do Departamento de
186 Uso do Solo (DEUSO), Daniel Todtmann Montandon, que fez um informe sobre a minuta do
187 decreto de uso em atendimento ao artigo 161 da Lei nº 16.402/2016. **07)** A palavra foi
188 franqueada à Conselheira e Gerente de Participação Social, da SP-Urbanismo, Patrícia Saran,
189 que fez um informe sobre a Consulta Pública do Programa de Interesse Público, Projetos de
190 Intervenção Urbana (PIU) do Novo Entrepósito de São Paulo (NESP) na região de Perus. **08)**
191 Finalizada as apresentações e os informes, a palavra foi passada ao plenário. **09)** O
192 Conselheiro Mauro Sérgio Procópio Calliari da Macrorregião Oeste (CPM Pinheiros) quanto ao
193 PDUI ressaltou ser muito louvável o trabalho de se pensar no processo e na metodologia
194 antes de se pensar nas propostas, mas que tem a sensação, ouvindo os preâmbulos e o
195 Secretário Vicente Trevas, de que esta é apenas mais uma tentativa diante de um histórico
196 de fracassos. Igualmente perguntou se esse esforço que está sendo feito está levando a
197 alguma coisa concreta de propostas que possam ou não ser executadas, ou se estão
198 cumprindo essa lei que nos obriga a ter este plano. Perguntou também qual é a participação
199 do Ministério das Cidades na composição dessas reuniões, uma vez que este é um grupo
200 ligado a São Paulo, mas imagina que em Belém, Porto Alegre, Sorocaba e outras regiões
201 metropolitanas vai haver grupos semelhantes e provavelmente cada um com uma estrutura
202 diferente, e se está prevendo governança não no nível deliberativo, mas no nível executivo e
203 se não é o caso das prefeituras abrir mão um pouco do poder em prol de uma instância
204 realmente executiva a nível metropolitano. Com relação às prioridades destacou a lista
205 enorme de propostas apresentada pela Coordenadora da Comissão Técnica, Carolina Heldt
206 D’Almeida, sugerindo que antes de começar eleger delegados regionais, fazer as eleições,
207 audiências e tudo mais, se não era o caso de se tentar chegar a um consenso de duas ou
208 três grandes áreas, como ambiental e transporte, que há ações imediatas a se fazer e de
209 fato ser executados, pois a sensação que se tem é que se vai cumprir a lei e ter mais um
210 plano, mas que dificilmente vai se ter interesse desde o nível federal até o estadual de
211 cumprir este plano. **10)** O Conselheiro Carlos Henrique Nunes Cabral da Macrorregião Sul 2
212 (Subprefeitura Santo Amaro) iria apresentar uma questão sobre o FUNDURB, mas lhe foi
213 solicitado que o fizesse mais ao final, após os esclarecimentos referentes ao PDUI. **11)** O
214 Conselheiro José Raimundo do Sacramento do Conselho Municipal de Planejamento e
215 Orçamento Participativos – CPOP comentado sobre a perspectiva da população da capital



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

216 para daqui a 30 anos, perguntou qual a perspectiva para a região metropolitana.
217 Ressaltando que em São Paulo se tem quatro regiões metropolitanas, sendo a central esta e
218 as outras estão a menos de 100 km desta, questionou qual a interferência dessas outras
219 regiões metropolitanas em nossos problemas e em nossas soluções, pois elas estão muito
220 próximas, diferentemente de outros estados que as regiões metropolitanas existem, mas não
221 tem outra região metropolitana muito próxima. Em outro ponto questionou como se vai
222 atuar nos planos regionais. **12)** A Conselheira Evaniza Lopes Rodrigues da União dos
223 Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior iniciou destacando algumas
224 preocupações. Ressaltou que se tem uma lacuna na discussão de política urbana no Estado
225 de São Paulo, observando que não se conseguiu instalar até hoje o Conselho Estadual das
226 Cidades, e que se tem essa promessa do Governo do Estado desde 2003. Ressaltou também
227 que se teve na última conferência há três anos o decreto de instalação do conselho e até
228 hoje o conselho não tomou posse e que se está indo para próxima conferência e não se
229 instalou. Enfatizando que há um descolamento do processo de discussão de política urbana e
230 do processo participativo de gestão democrática dentro do Estado de São Paulo, demonstrou
231 preocupação ressaltando que a experiência não foi boa se tiver o mesmo padrão de
232 comportamento do Estado de São Paulo. Ressaltou ainda, que também se teria perdido por
233 falta de diálogo a oportunidade nas conferências municipais que ocorreram, observando que
234 menos da metade dos municípios da região metropolitana fizeram conferências municipais e
235 imagina que poucas tenham discutido esse tema, e nesse sentido, propõe que não se
236 perdesse a oportunidade de na conferência estadual, que novamente não foi convocada pelo
237 governo do estado e foi convocada pela sociedade civil, de reconhecer essa instância. Como
238 último ponto, destacou que se levaram vinte anos construindo os instrumentos do plano
239 diretor, coisas que se discutiu há vinte anos e se conseguiu aprovar em 2014, ressaltando
240 que se começa um ciclo de construção de instrumentos metropolitanos e que em um
241 segundo momento, até neste conselho, discutir um pouco mais de conteúdo desses
242 instrumentos, do que pode se propor para qualificar esse processo, sabendo que será um
243 processo longo. **13)** A Conselheira Adriana Blay Levisky do Setor Empresarial (ASBEA) iniciou
244 manifestando respeito ao movimento que está ocorrendo com relação a todo trabalho e
245 dedicação para se elaborar o PDUI, porém colocou uma preocupação com relação à proposta
246 essencial do PDUI quanto a questão da pactuação, enfatizando se não seria mais realista
247 reduzir as expectativas dentro do calendário proposto para se chegar a uma minuta de
248 projeto de lei, com eleição de delegados, dentro desse curto período, deixando como
249 colaboração e reflexão se não poderia se reduzir essas metas para se ter a chance de se
250 viver a experiência em um tema de forma pactuada. Ressaltou que isso ocorre também com
251 o Decreto de Uso, onde se aguarda a possibilidade de participar de maneira mais efetiva
252 num processo de mais longo prazo dada a complexidade da regulamentação e vão sobrar
253 dez dias para tratar do assunto. Enfatizou que é uma pena perder oportunidades tão
254 preciosas por conta do tempo, sendo realista neste sentido em que as contribuições podem
255 ser importantes, valiosas e simbólicas. **14)** A Secretária Executiva do CMPU encerra fase das
256 contribuições dos membros do conselho passando a palavra para o Secretário de
257 Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco que antes de falar
258 do PDUI, esclareceu à Conselheira Adriana Blay Levisky a questão com relação ao Decreto



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

259 de Uso quanto a pressão por inúmeros agentes internos e sobretudo externo. Ressaltou que
260 caso setores organizados da sociedade achem que o Decreto de Uso precisa ser mais
261 discutido se teria um motivo para eventualmente se alterar o prazo, mas ponderou que
262 antes de ir a público demanda-se a construção de um texto para ter uma base, se não o
263 diálogo não ficaria possível. Enfatizou para se estabelecer o diálogo e não se preocupar com
264 os dez dias se for necessário esse prazo pode ser dilatado, mas a discussão de fato tem que
265 ser do conteúdo e do mérito do Decreto de Uso. Voltando à questão do PDUI, ressaltou que
266 a fala de todos foi muito concordante numa questão que de fato vem desde o início do
267 processo quando o Governo do Estado chama para engajar no processo, ponderando se a
268 final de constas se acredita nisso. Acredita que dentro de todo o sistema de planejamento,
269 onde todo mundo fala que o Brasil não tem planejamento, defende o contrário, que o Brasil
270 tem um excesso de planejamento e quem tem excesso de planejamento não tem foco, não
271 tem estratégia. Esclareceu ao Conselheiro Mauro Sérgio Procópio Calliari que a
272 responsabilidade última sujeita inclusive a improbidade administrativa, é compartilhada sem
273 dúvida com todos os prefeitos e com o governador, mas há uma responsabilidade primeira
274 do Governo do Estado, é dele a responsabilidade de liderar o processo, é dele a
275 responsabilidade de submeter à instância legislativa própria, que é a Assembleia Legislativa e
276 não a Câmara de Vereadores. Ressaltou que se está engajado por ter total consciência de
277 que o problema da crise de abastecimento de água passa por outra forma de
278 compartilhamento da gestão dos problemas metropolitanos. Enfatizou que assim como se
279 sabe que 30% dos remédios oferecidos pelo SUS do município de São Paulo são consumidos
280 por habitantes de outros municípios que não os do município de São Paulo, que 30% da
281 força de trabalho do município de Taboão da Serra trabalham no município de São Paulo, e
282 que o controlar não dá certo, porque todo mundo foi pegar e trocar a placa do carro para o
283 município vizinho porque não precisava etc.. e tal. Ressaltou ainda que se engajado por não
284 ter outra forma de se viver nesta metrópole se não for a partir de fato de outras instâncias
285 de pactuação e também de instrumentos efetivos de planejamento que possam versar sobre
286 estas questões, e sem dúvida nenhuma, há uma abdicação de poderes, tantos os municípios
287 vão ter que abdicar de alguns poderes quanto o Governo do Estado também. Observou que
288 não tem nenhum problema nisso, pelo contrário, pois enquanto governo central do município
289 de São Paulo também se acredita que se deve "perder", compartilhar certos poderes, que
290 precisam ser de fato deslocados, descentralizados para as esferas locais do âmbito das
291 Subprefeituras, mas ao mesmo tempo em que se quer esse poder que está na mão do
292 Estado. Realçando que abdicar de um lado e pleitear de outro é parte do processo e não é
293 uma contradição, e que se precisa reequilibrar todos os poderes de outra forma para fazer a
294 coisa acontecer e dar certo, esse é o grande desafio que se tem. Ponderou que é claro que
295 botar um Governo do Estado que na verdade não é um Governo do Estado, exemplificando
296 que a Secretaria dos Transportes está subdividida em várias instâncias, a Companhia do
297 Metrô, CPTM, EMTU, a Secretaria de Transportes e Logísticas não são uma entidade, assim
298 como a Prefeitura de São Paulo também não é uma entidade totalmente coesa, como os
299 consórcios da região metropolitana também não são, então de um lado 39 municípios mais o
300 Governo do Estado com suas agendas e suas posições e ao mesmo tempo também há
301 posições também divergentes no âmbito de cada um desses entes federativos. Com relação



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

302 à questão levantada pela Conselheira Evaniza Lopes Rodrigues, que respondeu de certa
303 forma tudo, que se passaram, desde a Constituição, fortalecendo os instrumentos de
304 planejamento, citando como exemplo o que resultou na aprovação no Plano Diretor do
305 instrumento de coeficiente básico um, na verdade é um pleito que vem lá atrás, solo criado,
306 toda a agenda dos anos 60, da reforma urbana, assim por diante e, entretanto se vem
307 caminhando e vem chegando a coisas que são muito consistentes, e acha que é o mesmo
308 processo e a todos os demais em relação ao PDUI, em relação ao plano metropolitano.
309 Concorda com todos os Conselheiros e ressaltou se for aqui brigar por um plano íntegro,
310 acabado, ideal, não se vai para lugar nenhum. Destacou que essa não é a posição da
311 prefeitura de São Paulo, nem a posição do grupo, essa é uma posição da nossa equipe que
312 vem brigando, justamente para sacramentar essa ideia que se não for devagar, se não for
313 estratégico, estabelecer o que são essas bandeiras básicas a partir do qual se construir um
314 processo e incrementá-lo ao longo do tempo vai se ficar patinando. Enfatizou também, que
315 acha ótimo que venham vozes por parte da Sociedade que de certa forma reforcem essa
316 posição. Reforçou que de um lado tem que se discutir modelo de governança, que é muito
317 importante, que é o nó da questão, mas se tem que definir dentro disso o que são as
318 funções públicas de interesse comum e por onde de fato se vai começar. Como exemplo
319 citou que dentro da questão da mobilidade do que é mais importante de se discutir, se é
320 onde vai ser a próxima linha de Metrô nesse momento ou brigar, por exemplo, por um
321 bilhete único metropolitano. Ressaltando que esse é um debate que se pode realizar até o
322 final do ano, para se estabelecer essas bandeiras, até porque é muito mais fácil discutir a
323 gestão, a governança metropolitana a partir de problemas concretos, como por exemplo, a
324 integração tarifária e o bilhete único do que em modelos abstratos de governança.
325 Enfatizando, ainda, que o momento de deliberação efetiva do PDUI se trará a partir de
326 2017 com novos agentes com exceção do governo do estado, ponderou então o que pode
327 ser feito até dezembro para sacramentar e consolidar, para que seja de certa forma o legado
328 desse corpo de atores engajado nesse processo de início de formulação da elaboração do
329 plano metropolitano. Ressaltou que se esta defendendo, mais uma vez, que esse legado seja
330 de um ponto a designação desses representantes do Conselho Participativo de certa forma
331 consolida então um agente que vai continuar o processo para o ano que vem e por outro
332 lado que também se estabeleça para além da metodologia de trabalho, da metodologia do
333 próprio plano, que se possa elencar os poucos pontos estratégicos pétreos, estruturantes
334 para todo o encaminhamento do processo futuro. Quanto à questão da instância executiva,
335 o Presidente do CMPU respondeu que há no âmbito uma instância deliberativa composta
336 pelos prefeitos e representantes de consórcios e se imagina que há de haver uma instância
337 executiva mesmo, se vai ser em um formato de agência ou "pool de agências". Enfatizou se
338 não tiver um executor, que não é o prefeito que vai à reunião do conselho a cada "n"
339 semanas ou "n" meses, a coisa efetivamente não vai andar, e que tem que se ter uma
340 instância executiva que está no dia a dia responsabilizada e aparelhada para justamente
341 poder tocar as coisas que tiver que tocar, há de haver uma instância inclusive de
342 monitoramento, repactuação, fiscalização de contratos e assim por diante, sem o que isso
343 tudo não acontece. O Presidente do CMPU ressaltou que a questão axial do plano são essas
344 funções, que estão definidas em seu macro agrupamento, habitação, meio ambiente,



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

345 mobilidade, e que se tem que defender essas bandeiras, achando que a construção dessas
346 bandeiras é até mais importante que as dos instrumentos, e que se ter claro é o objeto das
347 ações, dos programas e dos projetos. Respondendo a última pergunta esclareceu que se
348 deve estar em mais ou menos 20 milhões de habitantes na região metropolitana e que se
349 deve crescer até 2.040 no máximo 22 ou 23 milhões, sendo que um milhão previsto para o
350 município de São Paulo e um milhão previsto para o restante da metrópole a partir de
351 quando a população deve começar a decrescer. Enfatizou que isso é uma excelente notícia,
352 porque uma coisa é se ficar investindo sempre em uma capacidade inferior à taxa de
353 crescimento outra coisa é se investir quando à taxa de crescimento começa a se estabilizar
354 ou decrescer e, portanto, um alento essa condição demográfica e que os instrumentos de
355 planejamento possam de fato ser instrumentos efetivos para se lidar com essas questões
356 todas. **15)** A Assessora Chefe da Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento da SMDU e
357 Coordenadora da Comissão Técnica de elaboração do PDUI pela PMSP, Carolina Heldt
358 D'Almeida complementou em razão das perguntas, destacando que em termos mais gerais
359 achou que todos trataram de um tema que é comum a questão metropolitana que é em
360 geral uma questão muito abstrata. Ressaltou, que ainda que se saiba que os problemas, e
361 há muitos problemas que são concretos e reais, a questão metropolitana é uma coisa
362 abstrata, não tem um agente metropolitano, e, portanto ter uma bandeira e cobrar daquele
363 agente que é responsável por aquilo, então fica algo abstrato, se não as experiências que
364 houve desde a década de 70 da matéria, ela é profundamente tecnocrata também, com
365 planos que querem tratar de tudo e, portanto acabam sendo pouco operativo, e a questão é
366 de como ser estratégico, como se levanta as bandeiras, mas, sobretudo como se politiza a
367 discussão. Enfatizou que isso é um planejamento no conflito, é uma mesa de pactuação, é
368 uma mesa de debates sobre a temática da política urbana pouco tratada por alguns dos
369 agentes. Ressaltando inclusive que algumas experiências tem sido bacanas, destacou os
370 consórcios que vem participando institucionalmente do processo e também estão tendo a
371 experiência de desenvolver planos urbanos, planos territoriais. Observou também, que teve
372 seu "start" no início deste ano, quando se montou as mesas de negociação, mesas de
373 pactuação e mesas de debates nesse âmbito do comitê executivo, comissão técnica e tudo
374 mais. Indagou como se levanta e como se influi num debate com a sociedade civil a respeito
375 de quais são essas demandas metropolitanas, bandeiras metropolitanas e instrumentos de
376 serem desempenhados. Ressaltando que outro agente nesse processo que se precisa
377 considerar é o Ministério Público. Destacou que vai ter uma conversa com todos os
378 procuradores da região metropolitana de São Paulo no dia 09 de setembro para se ter um
379 processo de trabalho de comum acordo, porque o Ministério Público também não tem uma
380 estrutura metropolitana. Destacou ainda, que cada município tem sua autonomia de poder e
381 o Estatuto da Metrópole é o primeiro instrumento de Lei que coloca o Ministério Público
382 como parceiro do processo, ele é parceiro desde a sua elaboração. Ressaltou também, que o
383 Governo do Estado tem uma governança metropolitana já constituída por uma lei
384 complementar que é a 1139 e a primeira discussão foi de quanto ela precisa ser revista para
385 desempenhar o PDUI na medida em que ela é anterior ao estatuto da metrópole. Enfatizou
386 que agora é fase de conteúdo e uma discussão com a sociedade civil que é o agente que vai
387 dar uma perenidade ao processo que será de longo prazo. Informou ainda, que hoje quem



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

388 está à frente do PDUI é o Conselho da Região Metropolitana de São Paulo, que é presidido
389 por Luiz Marinho que é Prefeito do Município de São Bernardo e Presidente do Consórcio do
390 ABC. Reiterou, ainda, que fica a proposta de se voltar a discussão em uma primeira versão
391 da minuta. **16)** Nuria Pardillos Vieira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano –
392 SMDU pede a palavra para reforçar a importância desse Conselho, que tem entidades
393 qualificadas para participar dessa discussão do plano metropolitano. Reiterou que serão
394 abertos espaços em São Paulo, que serão feitas oficinas temáticas, mas que também poderá
395 pactuar uma oficina específica para o CMPU. Ponderou que acha importante que as
396 entidades representadas no CMPU participem das temáticas e que a ideia é discutir
397 propostas de ações e principalmente definir quais são essas funções públicas de interesse
398 comum para enfrentamento das questões metropolitanas e ao mesmo tempo discutir ainda
399 que de forma inicial esta governança necessária para desenvolvimento de projetos comuns.
400 Reiterou novamente a importância da participação nas oficinas e destacou que ao final do
401 ciclo, portanto no final de novembro, se faria as duas grandes audiências que tratariam da
402 produção que se conseguir avançarem durante as oficinas. Enfatizou que no final do
403 processo São Paulo possa eleger alguns representantes da sociedade para acompanhar
404 durante 2017 a composição mesmo da lei do plano. E que sua fala é no sentido de reforçar o
405 convite e a importância dessa instância de participar no processo. **17)** O Presidente do
406 CMPU solicitou ao Conselheiro Carlos Henrique Nunes Cabral da Macrorregião Sul 2
407 (SUBPREFEITURA SANTO AMARO) que apresentasse a sua dúvida sobre a questão do
408 FUNDURB. O Conselheiro com relação ao FUNDURB percebeu na hora que foi colocado os
409 slides que se tratava de uma adequação de uma Praça em São Miguel e tem notado nos
410 processos que não estão aceitando readequação como verba para o FUNDURB, e ficou
411 curioso porque a palavra readequação que é igual à revitalização ficando com dúvida se está
412 sendo adotada no FUNDURB. Outra questão que ponderou seria o Decreto de baixo risco,
413 atividades de baixo risco, que em sua opinião deveria ter sido submetido ao Conselho pelo
414 menos como consulta oficialmente e não o foram. Foram a Secretaria de Finanças e estas
415 atividades de baixo risco elas abrangem mais de 80% dos estabelecimentos de São Paulo e
416 este decreto de baixo risco é tão importante quanto o de definição de atividades. Reiterou
417 que não foi submetido ao Conselho, deixando registrado que necessariamente se precisa
418 saber o que está acontecendo com isso. **18)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e
419 Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco esclareceu que de fato quem está conduzindo
420 este decreto é a Secretaria de Finanças, porque este projeto esta embutido em um dos
421 projetos prioritários da gestão, que é a facilitação do processo de abertura de empresas e
422 melhoria do ambiente de negócios. Esclareceu, também, que findo este processo, até o final
423 do ano, será possível abrir uma empresa em São Paulo numa questão de dois, três dias, não
424 mais meses como vem acontecendo, por isso que este decreto está lá, porque o baixo risco
425 justamente beneficia um universo muito grande, como levantado pelo Conselheiro, e tem
426 impacto gigantesco nesta questão da melhoria do ambiente de negócios. Ressaltou que,
427 porém, o Decreto foi colocado em consulta pública, o prazo até já se esgotou, não foi
428 divulgado aqui, mas foi tornado público pelos múltiplos canais que a prefeitura dispõe e
429 agora a Secretaria de Finanças esta fazendo a consolidação das propostas que vieram,
430 devendo dar prosseguimento. **19)** Em relação a questão da adequação, o Presidente do



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

431 CMPU passa a palavra para o Assessor Especial do Gabinete e Secretário Executivo do
432 FUNDURB Felipe Garofalo Cavalcanti que esclareceu quanto a informação de readequação de
433 espaço público, de praças, trazida na apresentação da assessora Talita Veiga Cavallari
434 Fonseca, que a equipe usa a readequação no sentido de que há uma melhoria do espaço
435 público, há um investimento, há um valor agregado que é levado a este espaço coletivo que
436 são as praças. Esclareceu ainda que dentro dos vários investimentos, vários financiamentos
437 que o Fundo tem feito com as Secretarias que executam essas obras, umas dessas linhas
438 que a equipe chama de readequação dessas praças seria trazer equipamentos, colocar
439 calçamento onde não existe, trazer piso podotátil. Ressaltou que não é simplesmente uma
440 limpeza de canteiro, uma manutenção, uma repintura de um espaço que sofreu desgaste.
441 Enfatizou que se tem chamado de readequação para exatamente diferenciar da reforma, da
442 revitalização ou da recuperação desse espaço. Ressaltou também que ele não é só
443 recuperação, que ele tem que trazer esse elemento que agrega valor e que traz para o
444 espaço público uma atividade e da dignidade para as pessoas com utilização desse espaço.
445 Reforçou que se usa o termo readequação no trabalho, no dia a dia, que é um cacoete da
446 equipe, por isso ela trouxe aqui, mas ele sempre será caracterizado por um equipamento
447 novo. **20)** O Conselheiro Andy Alexandre Gruber do Setor Empresarial (FECOMÉRCIO-SP)
448 pediu uma atualização sobre a Operação Urbana Bairro do Tamanduateí, Arco Tietê, e
449 questionou se existe algum trabalho sendo feito sobre a Operação Urbana Jurubatuba.
450 Também perguntou sobre o Decreto Regulamentador da Lei de Zoneamento. **21)** O
451 Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco
452 esclareceu que o Decreto regulamentador a que se referiu o Conselheiro trata-se, do Decreto
453 de Uso que esta no prazo e em consulta pública como foi colocado hoje. Esclareceu também
454 que são vários decretos que vão decorrer do zoneamento, e que se está trabalhando os mais
455 importantes, justamente baixo risco e usos que estão na prioridade. Em relação a Bairros do
456 Tamanduateí esclareceu que houve uma reunião técnica pública na semana passada
457 convocada pela relatoria da Operação, e que a relatoria está consolidando todas as
458 propostas que vieram do processo participativo das audiências que o legislativo organizou e
459 se tem esperança que possa ser votado em primeira ainda antes das eleições, caso isso
460 aconteça, ser votada a operação até o final do ano, após as eleições. Com relação ao Arco
461 do Tietê esclareceu que está sendo elaborado um PIU, Projeto de Intervenção Urbana Arco
462 do Tietê, que não necessariamente pressupõe uma operação urbana. Ressaltou, ainda, que
463 se está finalizando o material necessário para abertura de um processo de consulta pública
464 que deve acontecer no prazo de uma ou duas semanas. Enfatizou que o material que vai
465 para essa consulta pública já contém não uma minuta de lei, mas toda uma lógica, toda uma
466 estratégia, algumas modelagens financeiras e também de capacidade de transformação do
467 território, ao mesmo tempo já foi aprovada em primeira o projeto de alinhamento viário de
468 apoio norte e sul, que é parte estruturante do PIU Arco Tietê. Ressaltou que após a consulta
469 pública do PIU Arco Tietê vai se consolidar todo o material e encaminhar à Câmara de
470 Vereadores o PL do PIU Arco Tietê, esclarecendo que, entretanto só poderá ser apreciado a
471 partir de 2017. Quanto ao Jurubatuba esclareceu que se têm alguns estudos, mas de
472 diagnósticos já concluídos inclusive e que parte do material do DATASUB também é um
473 material que instrui a questão do Jurubatuba, e que se está elaborando um TR para



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

474 contratação de estudos econômicos, não de modelagem da economia imobiliária, mas do
475 desenvolvimento de programas econômicos que estejam associados ao PIU Arco Jurubatuba.
476 Enfatizou novamente que o enfrentamento se dará a partir do ano que vem como prioridade,
477 para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que, a próxima gestão inicie com o Arco
478 Jurubatuba e também com a revisão da Operação Centro que é fundamental, e o Arco
479 Pinheiros previsto para 2018, que vem se antecipando em relação ao Jurubatuba, a partir do
480 momento em que alguns movimentos dos Pinheiros estão acontecendo como a hipótese de
481 desativação do CEAGESP na Vila Leopoldina e a recente manifestação de interesse privado
482 de um pool de quatro empresas que são detentoras dos terrenos entre o CEAGESP e o
483 Parque Vila Lobos que evidentemente tem uma sinergia muito grande em relação a isso.
484 Ponderou que deve ser encaminhado em paralelo Jurubatuba e Pinheiros em função dessas
485 antecipações. Destacou ser importante citar com relação a Pinheiros, que se está
486 preocupada em agregar programas econômicos aos programas imobiliários, que usualmente
487 caracterizam as Operações, e que se vê uma oportunidade muito importante no Pinheiros de
488 fortalecimento de alguns setores de pesquisa e tecnologia em função da presença da USP e
489 do Parque Tecnológico do Jaguaré, do Governo do Estado, já existente, e que está
490 justamente investigando instrumentos de fomento a estas atividades para além das
491 atividades mobiliárias. Ressaltou que a grande questão que está colocada em São Paulo e
492 que passa pela Macroárea de Estruturação Metropolitana é esse equilíbrio entre oferta de
493 moradia e emprego, não podendo só focar no imobiliário, mas também tem que focar nos
494 programas econômicos, e que essa é a expertise que se está tentando traçar. **22)** O
495 Conselheiro Paulo Machado Lisboa Filho da Organizações Não Governamentais – ONGs
496 (CBCS) pediu a palavra ressaltando que boa parte destas áreas comentada pelo Presidente
497 estão na ZEM, que são Zonas de Estruturação Metropolitana. Questionou se existe uma
498 relação de dependência da definição dessas zonas com relação ao plano de desenvolvimento
499 urbano metropolitano integrado que se está conversando e que este relacionamento implica
500 na definição no âmbito municipal em termos de definição dessas zonas para o futuro, porque
501 elas tem prazo para serem definidas. **23)** O Secretário de Desenvolvimento Urbano e
502 Presidente do CMPU, Fernando Mello Franco esclareceu que praticamente tudo que diz
503 respeito a Macroárea de Estruturação Metropolitana do Município de São Paulo tem uma
504 abrangência metropolitana e demanda um nível de diálogo interfederativo, como exemplo
505 citou o caso do CEAGESP da Vila Leopoldina que a posse é do Governo Federal, portanto, ele
506 é um agente importantíssimo, na frente do CEAGESP tem uma estação muito pouco utilizada
507 que é da CPTM do Governo do Estado, que é um dos pressupostos da renovação do
508 território do CEAGESP e é de fato a proximidade com o sistema de transporte de alta
509 capacidade metropolitano e ao mesmo tempo parte do programa que se está colocando se
510 relaciona com dimensões de pesquisa de ciência e tecnologia, que tem a USP e o Parque
511 Tecnológico do Estado, agentes imprescindíveis. Ressaltou que dentro da lógica do PDUI o
512 que se quer fazer é identificar essas áreas de interesse metropolitano, essa que acabou de
513 ser descrita poderia ser uma área de interesse metropolitano, para qual projetos de interesse
514 metropolitano devem ser traçados de outros com propósito desses projetos serem também
515 campos de pactuação interfederativos. Enfatizou que faz isso como um correlato com o que
516 se está fazendo com o PIU municipal, exemplificando que quando se estabelece o PIU o



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

517 Metrô conversa com a Prefeitura justamente para se estabelecer um acordo entre a
518 jurisdição da Prefeitura sobre uso e ocupação do solo e a jurisdição do Governo do Estado
519 sobre o sistema sob trilhos para conjuntamente se pensar em projeto de desenvolvimento
520 que estabelece as intersecções entre essas duas governanças. Ressaltou que parte da lógica
521 do PDUI além de estabelecer as bandeiras, também estabelecer alguns pontos estratégicos
522 no território que são essas áreas de interesse metropolitano para as quais se tem que
523 construir instrumentos de construção conjunta de projetos, entendendo como projetos
524 pactos a serem construídos. Enfatizou que devem se encontrar ao longo de toda a
525 Macroárea de estruturação metropolitana situações assim. E quanto ao caso do Tamanduateí
526 esclareceu que desde o começo esta brigando com o Governo do Estado por causa da
527 posição da estação na linha futura que liga o ABC com a Vila Carioca, porque dependendo da
528 posição se consegue implantar um polo logístico intermodal, ferroviária, rodoviário, ou não, e
529 que transporta as cargas e quem regula as cargas que passam pelos trilhos é a Agência
530 Nacional de Transportes Terrestre – ANTT, que é federal. Conclui que falta um campo
531 institucional para que se possa de fato estabelecer parâmetros comuns, por isso que se está
532 empenhado no PDUI, observando que para destravar os projetos da Prefeitura precisa dos
533 outros e vice versa. **24)** A Assessora Chefe da Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento
534 da SMDU e Coordenadora da Comissão Técnica de elaboração do PDUI pela PMSP, Carolina
535 Heldt D’Almeida complementou esclarecendo que não se trata de mudar o zoneamento
536 desta área e que já se tem esclarecido no caso do PDUI de São Paulo, é de que o que vale é
537 o zoneamento municipal de cada um dos municípios, e de que as atribuições municipais
538 permaneçam como tais. Reforçou que justamente porque as atribuições municipais são como
539 tais e justamente o zoneamento é matéria evidente do município, é que se tem um campo
540 de articulação necessária, porque justamente se perde isso que é fundamental, que diz
541 respeito justo aos cidadãos de um determinado território, perde-se um campo de pactuação.
542 Ressaltou que as áreas de interesse metropolitano são muito mais áreas de estudo, áreas de
543 recortes de análise para se ter todos os agentes necessários estarem em uma mesa de
544 formalização do projeto e também de implementação do projeto, e de que é justo
545 estabelecer esse “Modus Operandi” de um desenvolvimento metropolitano que diz respeito
546 evidente a Macroárea de Estruturação Metropolitana, assim como as outras Macrozonas.
547 **Encerramento:** Agradecendo a presença do colegiado, a Secretária Executiva do CMPU
548 encerra a reunião às 11h47m. A reunião foi secretariada por Priscila Specie, Secretária
549 Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU que juntamente com Paulo
550 César Sperduti, Assessor Técnico II da Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC,
551 lavraram a presente ata.

PRESIDÊNCIA

FERNANDO DE MELLO FRANCO
PRESIDENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

APOIO


SECRETARIA EXECUTIVA DA CMPU

PRISCILA SPECIE
SECRETÁRIA EXECUTIVA

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS



FELIPE GAROFALO CAVALCANTI
ASSESSOR ESPECIAL



PAULO CÉSAR SPERDUTI
ASSESSOR TÉCNICO



TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
ASSESSORA TÉCNICA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU

NURIA PARDILLOS VIEIRA
TITULAR 1

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU



DANIEL TODTMANN MONTANDON
TITULAR 2

Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC
Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100
3113 7786 | cmdu@prefeitura.sp.gov.br



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Camila Nastari

CAMILA NASTARI FERNANDES
SUPLENTE 2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO – SGM

VILMA DE OLIVEIRA MENDONÇA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

GINA ARMELIN PAGOTTO BERNARDINO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

MARILIA JAHNEL DE OLIVEIRA
TITULAR

LETICIA SCHWARZ
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

Dirce Carrega Balzan
DIRCE CARREGA BALZAN
SUPLENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES

CILENE SILVA FERNANDES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

NADIA SOMEKH
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E
EMPREENDEDORISMO – SDTE**

JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

PATRICIA SARAN
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

WAGNER GERMANO
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2**

CARLOS EDUARDO SILVA DIETHELM
SUBPREFEITURA PIRITUBA/JARAGUÁ
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

ADRIANA ROLIM DE CAMARGO
SUBPREFEITURA PINHEIROS
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

RENATA CARVALHO NAVES
SUBPREFEITURA PENHA
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 2



THALLES MARCIUS DE MORAIS
SUBPREFEITURA GUAIANASES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 2

CARLOS HENRIQUE NUNES CABRAL
SUBPREFEITURA SANTO AMARO
TITULAR




**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO NORTE 1

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES
SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE



MAURO SÉRGIO PROCÓPIO CALLIARI
SUBPREFEITURA PINHEIROS
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

ARTUR MONTEIRO ROÇADO
SUBPREFEITURA SÉ
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

ANGELA MARIA CALABRIA
SUBPREFEITURA PENHA
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 2

LEONARDO MEDEIROS E SILVA
SUBPREFEITURA ITAIM PAULISTA
TITULAR





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA
MOVIMENTOS DE MORADIA

EVANIZA LOPES RODRIGUES
*UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA
DA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR*
TITULAR 1

MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA
*UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA
DA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR*
TITULAR 2

ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA
MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO – MSTC
SUPLENTE 3

VERA LUCIA DIAS PADILHA
*UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA
DA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR*
TITULAR 4

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO
ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO LEGAL
TITULAR 3

CIBELE MARTINS SAMPAIO
CIRANDA
SUPLENTE 4



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA
SETOR EMPRESARIAL

ROBERTO DE CASTRO MELLO
*SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS ARQUITETURA
E ENGENHARIA CONSULTORIA - SINAENCO*
TITULAR 3

ADRIANA BLAY LEVISKY
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA - AsBEA
SUPLENTE 3

ANDY ALEXANDRE GRUBER
*FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO
DE SÃO PAULO – FECOMÉRCIO-SP*
TITULAR 4

CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP
SUPLENTE 4

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS

PAULO MACHADO LISBOA FILHO
*CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO
SUSTENTÁVEL - CBCS*
TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

RENATA SEMIN
*INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO - IABSP*
SUPLENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

VALTER CALDANA JUNIOR
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TITULAR 1

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA
ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS
DE SÃO PAULO - CICLOCIDADE
TITULAR

ENTIDADES RELIGIOSAS

IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO
MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

JOSÉ RAIMUNDO DO SACRAMENTO
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
DE CAMPO LIMPO
TITULAR

**ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS
SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO**

JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

MARCIA RENATA IANI
SUPLENTE

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO - CIGABC**

SANDRA TEIXEIRA MALVESE
SUPLENTE

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE
METROPOLITANA DE SP - CIOESTE**

ANTONIO SILVESTRE LEITE
SUPLENTE

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

SUPLENTE 1: TOMAS CORTEZ WISSEBACH

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

TITULAR: IVY MAYUMI DE MORAES

SUPLENTE: FELIPE TEIXEIRA GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO – SGM

TITULAR: FRANCISCO MACENA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ

TITULAR: EDUARDO MIKALOUSKAS

SUPLENTE: FLÁVIA XAVIER ANNENBERG

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

SUPLENTE: DIOGO DE TILLIO VASCONCELOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL

TITULAR: PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPLENTE: MIGUEL BIAZZO NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS – SMSP

TITULAR: PRISCILLA TIBA HASHIMOTO

SUPLENTE: MARIO FERNANDO PETRILLI DO NASCIMENTO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

TITULAR: MÁRCIA MARIA FARTOS TERLIZZI

SUPLENTE: ANGELO SALVADOR FILARDO JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

TITULAR: HELOISA HELENA DE MELLO MARTINS

SUPLENTE: IVETE PONTES ODDONE

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

TITULAR: VERA LUCIA DE MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

SUPLENTE: HELIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS – SES

TITULAR: JOSE ALBERTO SERRA ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

TITULAR: ROSSELA ROSSETO

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E
EMPREENDEDORISMO – SDTE**

TITULAR: DARLENE APARECIDA TESTA

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

SUPLENTE: GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

SUPLENTE: CELSO APARECIDO SAMPAIO

SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO

NORTE 1

TITULAR: CARLOS ROBERTO CANDELLA

SUPLENTE: GILBERTO ROSSI

NORTE 2

SUPLENTE: OLGA MARIA DE ALMEIDA BRANDÃO LOPES PEREIRA

OESTE

SUPLENTE: ELMA GOMES DE OLIVEIRA

CENTRO

TITULAR: GILMAR TADEU RIBEIRO ALVES

SUPLENTE: MARCOS ROBERTO EMÍLIO

LESTE 1

SUPLENTE: VIVIANE RODRIGUES DE PALMA

LESTE 2

TITULAR: PRISCILA RODRIGUES MARTINS DA SILVA BIROLO

SUL 1

TITULAR: JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS

SUPLENTE: ELDER VIEIRA DOS SANTOS

SUL 2

SUPLENTE: CLAUDIMAR MOREIRA DIAS

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO

NORTE 1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SUPLENTE: IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS

NORTE 2

TITULAR: MARCOS SEIKE TERUYA

SUPLENTE: CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO

OESTE

TITULAR: PAULO CESAR MALUF

CENTRO

TITULAR: HELENA LADEIRA WERNECK

LESTE 1

SUPLENTE: GEORGINA HELENA DE FREITAS (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

LESTE 2

SUPLENTE: RICARDO SAMPAIO GONÇALVES

SUL 1

TITULAR: HÉLIO HIGUCHI

SUPLENTE: JÂNIO RIBEIRO COUTINHO

SUL 2

TITULAR: OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA

SUPLENTE: DEISE LUCI BENOME

MOVIMENTOS DE MORADIA

SUPLENTE 1: MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA

SUPLENTE 2: ANDERSON STANCOV FONSECA

TITULAR 3: CARMEN DA SILVA FERREIRA

SUPLENTE 4: NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

TITULAR 1: SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR

SUPLENTE 1: NELSON TERRA BARTH

TITULAR 2: HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI

SUPLENTE 2: GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA

SUPLENTE 3: A SER INDICADO

TITULAR 4: APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO

SETOR EMPRESARIAL

TITULAR 1: RICARDO YAZBEK (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

SUPLENTE 1: ALEXANDRE MARQUES TIRELLI

TITULAR 2: ODAIR GARCIA SENRA (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

SUPLENTE 2: ANTONIO LUIZ POLVERINI FILHO

ENTIDADES SINDICAIS

TITULAR: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs

SUPLENTE: DIANA CSILLAG

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

TITULAR: JACOBINA ALBU VAISMAN



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL**

SUPLENTE 1: DENISE ANTONUCCI

TITULAR 2: RAQUEL ROLNIK

SUPLENTE 2: EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

TITULAR 1: LINCOLN PAIVA

SUPLENTE 1 : GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD

TITULAR 2: A SER INDICADO

SUPLENTE 2: A SER INDICADO

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

SUPLENTE: THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO

MOVIMENTOS CULTURAIS

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ENTIDADES RELIGIOSAS

SUPLENTE: LAURENTINA DA SILVA

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CADES**

TITULAR: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

SUPLENTE: GEORGE DOI

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

SUPLENTE: ELISÂNGELA CRISTINA FLAVIO

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT

TITULAR: SINÉSIO GOBBO

SUPLENTE: ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

TITULAR: BENEDITO ROBERTO BARBOSA

SUPLENTE: MARIA ISABEL NOBRE DE SOUZA CABRAL

SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO

SUPLENTE: ELISABETE FRANÇA

SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

TITULAR: MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO

SUPLENTE: MARINA BOLDO LISBOA

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TITULAR: GIL KUCHEMUCK SCATENA

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TITULAR: LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

SUPLENTE: MARISTELA APARECIDA HESPANHOL

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC**

TITULAR: CLÁUDIA VIRGÍNIA CABRAL DE SOUZA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DESENVOLVIMENTO
URBANO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA
GRANDE SÃO PAULO – CONISUD**

TITULAR: CLÓVIS DA SILVA PINTO

SUPLENTE: MARCOS DE SOUZA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI – CIMBAJU

TITULAR: EDISON PAVÃO JUNIOR

SUPLENTE: ISIS BUENO

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP –
CIOESTE**

TITULAR: CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ –
CONDEMAT**

TITULAR: MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

SUPLENTE: AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA